

UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ

DENISE MARIA SAPELLI

**INDICADORES DE CAPITAL SOCIAL NUMA ORGANIZAÇÃO DO TERCEIRO  
SETOR**

Biguaçu  
2006

DENISE MARIA SAPELLI

**INDICADORES DE CAPITAL SOCIAL NUMA ORGANIZAÇÃO DO TERCEIRO  
SETOR**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Administração no Mestrado Acadêmico em Administração da Universidade do Vale do Itajaí, Centro de Educação Biguaçu.

Orientadora: Profa. Dra. Lucila Maria de Souza Campos

Biguaçu  
2006

DENISE MARIA SAPELLI

**CAPITAL SOCIAL: UM ESTUDO APLICADO EM ORGANIZAÇÃO DO TERCEIRO  
SETOR DA CIDADE DE BLUMENAU – SC**

Esta dissertação foi julgada e aprovada para obtenção do título de Mestre em Administração no Mestrado Acadêmico em Administração, da Universidade do Vale do Itajaí, Centro de Educação de Biguaçu.

Biguaçu, \_\_ de agosto de 2006.

---

Profa. Dra. Lucila Maria de Souza Campos  
UNIVALI – CE Biguaçu  
Orientadora

---

Prof. Dr. Miguel Angel Verdinelli  
UNIVALI – CE Biguaçu  
Membro

---

Profa. Dra. Christiane Kleinübing Godoi  
UNIVALI – CE Biguaçu  
Membro

---

Prof. Dr. Hans Michael van Bellen  
UFSC  
Membro

## RESUMO

Capital Social pode ser entendido como elos de solidariedade e de confiança que compõem as relações e os compromissos de cidadãos, tanto profissionais quanto voluntários, a uma causa social. Através dele, uma relação sinérgica entre o Estado e a sociedade civil, pode ser construída. As organizações que compõem o Terceiro Setor auxiliam a criação e manutenção dos vínculos de confiança e reciprocidade que são a base para o funcionamento da sociedade democrática e a economia de mercado. O aumento do tamanho do Terceiro Setor e, com ele, automaticamente, o nível de relacionamento de confiança, tem fomentado a produção de estudos e pesquisas que pretendem compreender este fenômeno sociocultural. Desta forma, a execução de pesquisas sobre capital social se tornou necessária. Portanto, este estudo tem por objetivo geral analisar como se manifestam os indicadores de Capital Social de uma organização do Terceiro Setor, localizada na cidade de Blumenau, estado de Santa Catarina, sob a ótica de seus públicos: interno (dirigentes e funcionários) e externo (voluntários, doadores e beneficiados). Para tanto, foi desenvolvido uma pesquisa quantitativa com sua metodologia focada em estudo de caso. O instrumento de coleta foi embasado no questionário desenvolvido por Grootaert *et al* (2004) para o Banco Mundial, com base em várias pesquisas sobre capital social, desenvolvidas pelo mundo, e a ferramenta utilizada para análise dos dados foi a análise multivariada de *clusters*. Foi realizada uma pesquisa exploratória, com o universo de 64 questionários, distribuídos entre o público interno e externo. A análise multivariada de *clusters* foi executada por meio de dendrogramas e tabelas de distribuição dos agrupamentos. Os resultados obtidos atestaram a presença dos indicadores de capital social dentro da organização pesquisada, tanto no público interno quanto no público externo. Esses resultados poderão auxiliar a organização a gerar estratégias para utilizar os recursos disponíveis de capital social no desenvolvimento de ações visando parcerias no setor, como também captação de doações e de voluntariado.

Palavras-chave: Capital social, terceiro setor, indicadores.

## ABSTRACT

Social Capital can be understood as links of solidarity and trust that together formed the relations and the commitments of citizens, as well as professionals or volunteers, of one social cause. Through this, a synergic relationship between the State and the civil society, can be built. The organizations that formed the third sector help to build and maintain the links of trust and feedback, which are the base elements for a democratic society and maintain the economy of market working. The rise of the third sector, and with this, the level of trust relationships, has been fomented the productions of researches that try to understand this social culture phenomenon. This way the research about social capital has become necessary. This research has for main objective analyzed how the indicators of social capital from a third sector organization, located in Blumenau city, Santa Catarina state, from the point of view of their publics: inside public (managers and employees) outside public (volunteers, donors and receivers) has become to light. For this a quantitative research has been developed with a study case as methodology. The tool of this research has been based in Grootaert et al (2004) questionnaire developed for the Mundial Banc, which has as based a bunch of social capital researches developed around the world, and the data base analyses tool was multivariate analyses of clusters. An exploratory research has been developed, with a 64 questionnaires applied over inside and outside publics. The multivariate analysis of clusters has been executed by dendograms and groupings distribution tables. The results obtained notified the presence of the social capital indicators inside the organization researched, as well in the inside and outside public. These results may help the organization build strategies to use the social capital available inside the organization developing actions looking forward partnership as well donation programs and volunteers.

Key-words: Social Capital, third sector, pointers.

## LISTA DE QUADROS

<u>Quadro 1: Formas de capital e definições</u> .....	20
<u>Quadro 2: Sínteses de algumas definições, ênfases, benefícios e variáveis do capital social</u> .....	26
<u>Quadro 3: Dimensões do capital social estrutural e cognitivo</u> .....	27
<u>Quadro 4: Formas primárias e secundárias do capital social estrutural e cognitivo</u> .....	29
<u>Quadro 5: Medidas de capital social no nível comunitário</u> .....	32
<u>Quadro 6: Definições de capital social, objeto, método e variáveis de acordo com Organizações e Programas Internacionais</u> .....	35
<u>Quadro 7: Abordagens do capital social, idéias principais e contribuições relevantes</u> .....	37
<u>Quadro 8: Tripé Estado-Sociedade-Mercado</u> .....	40
<u>Quadro 9: Seis indicadores do capital social</u> .....	57
<u>Quadro 10: Indicadores e seções do questionário</u> .....	58
<u>Quadro 11: Siglas dos públicos</u> .....	70
<u>Quadro 12: Escala de concordância/discordância de 6 pontos</u> .....	73
<u>Quadro 13: Escala de concordância/discordância de 5 pontos</u> .....	75
<u>Quadro 14: Escala de concordância/discordância de 6 pontos</u> .....	85
<u>Quadro 15: Cruzamento Públicos – Seção A – Grupo e Rede de Relacionamentos</u> .....	97
<u>Quadro 16: Cruzamento Públicos – Seção B – Confiança e Solidariedade</u> .....	99
<u>Quadro 17: Cruzamento Públicos – Seção C – Ação Coletiva e Cooperação</u> .....	100
<u>Quadro 18: Cruzamento Públicos – Seção D – Comunicação e Informação</u> .....	102
<u>Quadro 19: Cruzamento Públicos – Seção E – Coesão social e Inclusão</u> .....	104
<u>Quadro 20: Cruzamento Públicos – Seção F – Acréscimo de Força e Ação Política</u> .....	105

## LISTA DE TABELAS

<u>Tabela 1: Estratos pesquisados</u> .....	55
<u>Tabela 2: Sexo dos pesquisados</u> .....	68
<u>Tabela 3: Faixa etária dos pesquisados</u> .....	68
<u>Tabela 4: Estado civil</u> .....	69
<u>Tabela 5: Escolaridade</u> .....	69
<u>Tabela 6: Representação Público Interno – Seção A – Grupo e Rede de Relacionamentos</u> ..	72
<u>Tabela 7: Representação Público Interno – Seção B</u> .....	74
<u>Tabela 8: Representação Público Interno – Seção C – Ação Coletiva e Cooperação</u> .....	77
<u>Tabela 9: Representação Público Interno – Seção D – Comunicação e Informação</u> .....	79
<u>Tabela 10: Representação Público Interno – Seção E – Coesão social e Inclusão</u> .....	80
<u>Tabela 11: Representação Público Interno – Seção F – Acréscimo de Força e Ação Política</u> .....	82
<u>Tabela 12: Representação Público Externo – Seção A – Grupo Rede de Relacionamentos</u> ..	85
<u>Tabela 13: Representação Público Externo – Seção B</u> .....	87
<u>Tabela 14: Representação Público Externo – Seção C – Ação Coletiva e Cooperação</u> .....	90
<u>Tabela 15: Representação Público Externo – Seção D – Comunicação e Informação</u> .....	92
<u>Tabela 16: Representação Público Externo – Seção E – Coesão social e Inclusão</u> .....	94
<u>Tabela 17: Representação Público Externo – Seção F – Acréscimo de Força e Ação Política</u> .....	96

## LISTA DE FIGURAS

<u>Figura 1: Dendrograma Público Interno – Seção A – Grupo e Rede de Relacionamentos</u> .....	71
<u>Figura 2: Dendrograma Público Interno – Seção B – Confiança e Solidariedade</u> .....	73
<u>Figura 3: Dendrograma Público Interno – Seção C – Ação Coletiva e Cooperação</u> .....	75
<u>Figura 4: Dendrograma Público Interno – Seção D – Informação e comunicação</u> .....	77
<u>Figura 5: Dendrograma Público Interno – Seção E – Coesão social e inclusão</u> .....	79
<u>Figura 6: Dendrograma Público Interno – Seção F – Acréscimo de Força e Ação Política</u> .....	80
<u>Figura 7: Dendrograma Público Externo – Seção A</u> .....	83
<u>Figura 8: Dendrograma Público Externo – Seção B – Confiança e Solidariedade</u> .....	86
<u>Figura 9: Dendrograma Público Externo – Seção C – Ação coletiva e cooperação</u> .....	88
<u>Figura 10: Dendrograma Público Externo – Seção D – Informação e Comunicação</u> .....	91
<u>Figura 11: Dendrograma Público Externo – Seção E – Coesão social e inclusão</u> .....	93
<u>Figura 12: Dendrograma Público Externo – Seção F – Acréscimo de Força e Ação Política</u> ..	95



## LISTA DE GRÁFICOS

<u>Gráfico 1: Gráfico Público Interno – Seção D – Informação e Comunicação .....</u>	78
<u>Gráfico 2: Comunicação e Informação – Grupo D – Público Externo .....</u>	92

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	11
<b>1.1 Contextualização do tema</b> .....	11
<b>1.2 Objetivo geral</b> .....	14
<b>1.3 Objetivos específicos</b> .....	15
<b>1.4 Justificativa</b> .....	15
<b>1.5 Estrutura da dissertação</b> .....	18
<b>2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</b> .....	19
<b>2.1 Formas de Capital: uma discussão preliminar</b> .....	19
<b>2.2 Capital Social: origem e definições</b> .....	21
<b>2.3 Formas e medição dos aspectos estruturais e cognitivos do Capital Social</b> .....	27
<b>2.4 Terceiro Setor: contextualização histórica</b> .....	39
<b>2.5 Um resgate das origens do termo Terceiro Setor</b> .....	41
<b>2.6 Dificuldades para conceituar o Terceiro Setor e as organizações que o compõem</b> .....	43
<b>2.7 Desafios comuns às organizações que compõem o Terceiro Setor</b> .....	46
<b>2.8 A produção acadêmica sobre o Terceiro Setor</b> .....	49
<b>3 METODOLOGIA</b> .....	52
<b>3.1 Coleta de dados</b> .....	54
<b>3.2 Estrutura do instrumento de coleta de dados</b> .....	55
3.2.1 Aplicação do questionário .....	59
<b>3.3 Análise e interpretação dos dados</b> .....	61
3.3.1 Tratamento e análise dos dados.....	61
<b>4 RESULTADOS DA PESQUISA</b> .....	64
<b>4.1 Estudo de caso – ONG</b> .....	64
<b>4.2 Caracterização do universo pesquisado</b> .....	67
<b>4.3 Público interno</b> .....	70
4.3.1 Grupo e rede de relacionamentos – seção A – público interno .....	70
4.3.2 Confiança e solidariedade – seção B – público interno .....	72
4.3.3 Ação coletiva e cooperação – seção C – público interno.....	74
4.3.4 Comunicação e informação – seção D – público interno .....	77
4.3.5 Coesão social e inclusão – seção E – público interno .....	79
4.3.6 Acréscimo de força e ação política – seção F – público interno .....	80
<b>4.4 Público Externo</b> .....	82
4.4.1 Grupo e rede de relacionamentos – seção A – público externo .....	82
4.4.2 Confiança e solidariedade – seção B – público externo .....	85
4.4.3 Ação coletiva e cooperação – seção C – público externo.....	88
4.4.4 Comunicação e informação – seção D – público externo .....	90
4.4.5 Coesão social e inclusão – seção E – público externo .....	92
4.4.6 Acréscimo de força e ação política – seção F – público externo .....	94
<b>4.5 Cruzamento dos públicos</b> .....	96
4.5.1 Grupo e rede de relacionamentos – seção A.....	96
4.5.2 Confiança e solidariedade – seção B .....	99

<u>4.5.3 Ação coletiva e cooperação – seção C</u> .....	100
<u>4.5.4 Comunicação e informação – seção D</u> .....	102
<u>4.5.5 Coesão social e inclusão – seção E</u> .....	103
<u>4.5.6 Acréscimo de força e ação política – seção F</u> .....	104
<b><u>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES</u></b> .....	<b>106</b>
<b><u>5.1 Considerações finais</u></b> .....	<b>106</b>
<b><u>5.2 Limitações</u></b> .....	<b>109</b>
<b><u>5.3 Recomendações para pesquisas futuras</u></b> .....	<b>110</b>
<b><u>REFERÊNCIAS</u></b> .....	<b>111</b>
<b><u>APÊNDICE A – Questionário</u></b> .....	<b>117</b>
<b><u>APÊNDICE B – Carta</u></b> .....	<b>121</b>

## 1 INTRODUÇÃO

### 1.1 Contextualização do tema

Embora o conceito de capital social não seja novo, ele ganhou “notoriedade a partir do livro de Robert Putnam publicado em 1993, *Making Democracy Work: Civic Traditions in Modern Italy* – Comunidade e democracia: a experiência da Itália Moderna” (D’ ARAÚJO, 2003, p. 11). E o conceito de capital social, mesmo sendo antigo, agora aparece renovado por alguns pesquisadores, ao mesmo tempo em que é criticado por outros (FERRAREZI, 2003).

A relação de capital social e sociedade surge no texto de Evans (*apud* ABRAMOVAY, 1998), que descreve as características pré-existentes de capital social como recursos valiosos para construir uma relação sinérgica entre o Estado e a sociedade civil, mas que não podem ser consideradas como o fator único de decisão. Para Evans as comunidades que desfrutam os benefícios da sinergia não desfrutam e nem sempre apresentam índices prévios excepcionais de capital social.

O capital social de uma organização é algo de inegável valor. São os elos de solidariedade e confiança que permeiam de forma espontânea as relações e os compromissos de cidadãos, tantos profissionais quanto voluntários, a uma causa social.

Segundo Ferrarezi (2003), desde a década de 90, autores como Putnam têm destacado a existência de determinadas características sociais num dado território, como a confiança generalizada nos demais, a atuação em associações, a noção do capital social que popularizou o argumento de que a dimensão social é um componente central na explicação do desenvolvimento econômico. Pesquisa efetuada por Putnam (1995) detectou que o capital social está declinando na América do Norte, pois as pessoas estão desenvolvendo suas atividades isoladamente. O declínio do voluntarismo e das atividades associativas, descritas pelo autor, foram ponto de partida para um debate em torno do tema, para políticas e debates acadêmicos (HUTCHINSON; VIDAL, 2004).

O termo Terceiro Setor surgiu para conceituar as organizações da sociedade civil, sem fins lucrativos, criadas e mantidas com ênfase na participação voluntária, que têm como foco a atuação na área social visando à solução dos problemas sociais (IOSCHPE, 2000).

Entende-se que a expansão do Terceiro Setor, como tem se apresentado nas últimas décadas no Brasil, possibilitou uma grande diversificação das organizações que o compõem, tanto por causa do campo de ação quanto pelas formas de atuação dessas organizações. Para Cardoso (1997), na década de 80, foram as ONGs que articularam recursos e experiências na sociedade, ganhando visibilidade e novos espaços de participação cidadã. A autora ressalta que hoje essas organizações são compostas por instituições filantrópicas, organizações voltadas para a defesa dos direitos de grupos específicos, trabalho voluntário e o fenômeno crescente da filantropia empresarial.

Em função disto, o que se pode observar é um crescente consenso sobre as limitações do papel do Estado como agente de desenvolvimento e dos pontos positivos do envolvimento das instituições do Terceiro Setor para suprir essa deficiência (SALAMON, 1994, 1998).

Entretanto, as organizações do Terceiro Setor enfrentam uma série de problemas, dentre os quais, o extenso tratamento jurídico, a falta de definição conceitual, as listagens oficiais incompletas e a imperfeição de tratamento nas estatísticas (SALAMON, 1998). Esses dados imprecisos nas estatísticas são percebidos quando se procura os números do Terceiro Setor no Brasil.

Estudo realizado pela Universidade *John Hopkins*, dos Estados Unidos, em parceria com o Instituto de Estudos da Religião do Rio de Janeiro, e publicado pela Revista *Veja*, em edição especial de 26 de dezembro de 2001, constatou que no Brasil existiam até aquele ano cerca de 220.000 entidades voltadas para questões de cidadania. Só no Conselho Nacional de Assistência Social, que é o órgão responsável pela fiscalização do setor, existiam mais de 14.000 instituições sem fins lucrativos cadastradas até 2001. Neste cadastro, encontravam-se grandes instituições, tais quais a Pastoral da Criança, composta por 15.000 voluntários que atendem 1,5 milhão de pessoas, distribuídas em 27 estados brasileiros e que, no ano de 2001, teve um orçamento de 17,2 milhões de reais. Este número denota que cresce o espírito de cidadania e solidariedade, o que torna este setor tão importante

para o desenvolvimento social do país, porque quanto maior é o número de voluntários, maior será a assistência fornecida e menor a demanda social não atendida pelas políticas sociais do governo (FRANCO; PEREIRA; SARTORI, 2003).

Segundo o site da Rits – Rede de Informações para o Terceiro Setor – existem cerca de 250 mil Organizações da Sociedade Civil (OSCs) no Brasil que empregam cerca de 1,5 milhão de pessoas (RITS, 2005). O que elas fazem? Uma variedade de atividades de interesse público: assistência social, educação, saúde, esportes e lazer, meio ambiente, geração de emprego e renda, artes e cultura, ciência e tecnologia, comunicação, segurança pública etc. Os tipos mais antigos são os de assistência social, ligados à igreja católica, como os orfanatos criados nos tempos coloniais. As ONGs fazem parte dos tipos mais recentes, que se proliferaram nos anos 1980, na defesa dos direitos humanos e em projetos de desenvolvimento social. Há, também, as ONGs que defendem os interesses das mulheres, de minorias e do meio ambiente. De acordo com a Rits, as maiores são as voltadas à educação e a área da saúde.

Para o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), órgão vinculado ao Ministério do Planejamento, o Brasil registra mais de 250 mil organizações não-governamentais – mesmo número encontrado no Rits –, que movimentam anualmente cerca de R\$ 12 bilhões e empregam cerca de 1,2 milhão de pessoas. A participação do Terceiro Setor na economia brasileira representa 1,5% no PIB nacional (ROSA; COSTA, 2003).

Essa falta de clareza conceitual e de composição das organizações gera vários desafios para as organizações do Terceiro Setor suplantarem. Tenório (1999) destaca quatro grandes desafios, como: expansão das ações sociais para além das áreas em que a organização trabalha; a necessidade de sair da clandestinidade e divulgar seu trabalho, suas atividades, mostrando o que são, qual o motivo da luta e o que se propõem, para aumentar o número de adeptos; parar de lutar contra o Estado e promover parcerias com o setor público e privado, e; obter financiamentos, uma vez que órgãos internacionais direcionam os esforços econômicos para regiões como a África e Leste europeu, que vivem em condições precárias.

Desta forma, o terceiro setor contribui para a sociedade de várias maneiras, explora soluções para os problemas cívicos e providencia atendimento para aqueles que necessitam, identificam problemas sociais e tentam mobilizar um suporte público

amplo para solucionar estes problemas. São essas organizações que criam e sustentam os vínculos de confiança e reciprocidade que são pivôs para o funcionamento da sociedade democrática e a economia de mercado (HALPERN, 1996).

A crescente expansão do terceiro setor tem estimulado a produção de estudos e pesquisas que visam compreender este fenômeno sócio-cultural, que surge como possibilidade de ser um reflexo de um conjunto de tendências inter-relacionadas e complexas, tal qual a adoção do discurso de cidadania empresarial e responsabilidade social por parte das empresas privadas.

Para Eikenberry e Kluver (2004), as organizações do terceiro setor também são importantes, pois reforçam a sociedade civil através de seus papéis de guardiãs de valores, provedoras de serviços e construtoras de capital social.

Desta forma, parece oportuno refletir sobre a seguinte questão: existe congruência entre a percepção dos públicos/grupos envolvidos em uma organização do terceiro setor sobre a manifestação dos indicadores de capital social?

Para tanto, optou-se por restringir a abrangência desta pesquisa em uma organização do Terceiro Setor sediada em Blumenau, estado de Santa Catarina. A partir da pergunta de pesquisa, foram gerados o objetivo geral e os objetivos específicos que nortearam o desenvolvimento deste estudo teórico-empírico.

## **1.2 Objetivo geral**

O objetivo geral deste estudo é analisar como se manifestam os indicadores de Capital Social de uma organização do Terceiro Setor, localizada na cidade de Blumenau, estado de Santa Catarina, sob a ótica de seus públicos: interno (dirigentes e funcionários) e externo (voluntários, doadores e beneficiados).

### 1.3 Objetivos específicos

- Definir um conjunto de indicadores de Capital Social a ser pesquisado na organização de terceiro setor.
- Mensurar a percepção de cada público sobre os indicadores de Capital Social.
- Comparar a percepção do público interno e do público externo da organização pesquisada sobre os indicadores de capital social definidos.

Espera-se que os resultados obtidos contribuam não somente para a organização estudada, mas também para aqueles interessados no estudo acadêmico do Capital Social, em especial, em organizações do Terceiro Setor.

### 1.4 Justificativa

Neste trabalho são analisados os indicadores de capital social de uma organização do Terceiro Setor na percepção do seu público interno e externo. A importância desta discussão está embasada na idéia de Putnam (1996) de que o estudo do tema capital social é importante para o desenvolvimento de uma sociedade onde as associações civis contribuem para a eficácia e a estabilidade dos governos democráticos, em decorrência das externalidades positivas, produzidas sobre o indivíduo e sobre a sociedade.

Assim, contribuições no sentido de identificar os indicadores de capital social são importantes para as organizações que compõem o Terceiro Setor, uma vez que seus efeitos são interessantes para o relacionamento com outras esferas (pública e privada).

De acordo com Falconer (1999, p. 4), “o estudo do terceiro setor, ou das organizações sem fins lucrativos, é, atualmente, um dos temas que mais desperta interesse nas escolas e faculdades de Administração no Brasil”, pois reflete a atenção pública que este setor vem recebendo nos últimos anos. Para o autor, o Estado, as empresas privadas, a mídia e a própria sociedade, estão, neste momento, olhando com mais seriedade as organizações que fazem parte do terceiro



setor, e a universidade é demandada para produzir o conhecimento que possibilite compreender este fenômeno, apoiando seu desenvolvimento (FALCONER, 1999).

Outro fator que auxilia na justificativa encontra base na pesquisa desenvolvida por Iizuka e Sano (2004), publicada nos Anais do Enanpad de 2004, em que estes pesquisadores estudaram as produções acadêmicas referentes ao Terceiro Setor, de 1990 até 2003, publicadas nos Anais do EnANPAD.

Este estudo detectou que de 3.360 artigos publicados durante os 14 anos de análise, apenas 37 eram sobre o Terceiro Setor, o que representou, em porcentagem, 1,1% da produção científica total. Além disso, quando analisado o referencial teórico utilizado para o desenvolvimento de cada artigo, não aparece nenhum artigo tendo o capital social como fundamentação teórica, apenas um artigo surge contendo uma fundamentação embasada em redes (IIZUKA; SANO, 2004).

Dos temas pesquisados nos Anais do EnANPAD, a conceitualização do Terceiro Setor foi o tema mais estudado, com 07 ocorrências. Gestão Pública foi tema presente em 05 artigos, exclusão digital, governança e marco legal apareceram como foco em 03 artigos cada. Captação de recursos foi pesquisado duas vezes, o mesmo número que representou cidadania e, também, o tema voluntariado (IIZUKA; SANO, 2004).

Quando pesquisado em periódicos internacionais, de acordo com Bueno *et al* (2004), há algumas abordagens sobre capital social: (a) ligado a teorias do desenvolvimento econômico, estudadas por Putnam (1994), Knack e Keefer (1997), Stiglitz (1998), Chloupkova *et al* (2003) e Onyx e Bullen (2000); (b) responsabilidade social e ética, pesquisadas por Coleman (1990); Newton (1997); Chang (1997); Kawachi *et al* (1997), Bullen e Onyx (1998); Joseph (1998); Cortina (2000); Baron (2001); (c) Governança Corporativa, pesquisada por Baas (1997); Sen (1997); Zingales (2000); Rajan e Zingales (2000); (d) Capital Intelectual, estudado por Nahapiet e Ghoshal (1996); Koenig (1998), Prusak (1998); Lesser e Prusak (1999); Lesser (2000), Cohen e Prusak (2001); Kenmore (2001); Lesser e Cothrel (2001); McElroy (2001).

Os indicadores de capital social pesquisados na literatura apresentam características peculiares ao conceito de terceiro setor: solidariedade, confiança, rede de relacionamentos. A abordagem do mais conhecido autor sobre o tema, Robert Putnam, refere-se à natureza e extensão do envolvimento de um indivíduo em redes informais e associações formais. Para Putnam (1996), nas associações é que se torna possível aos indivíduos aprenderem hábitos de cooperação,

solidariedade e espírito público, construindo confiança social, consciência e participação política. Ou seja, confiança, normas e redes poderiam melhorar a eficiência da sociedade ao facilitar ações coordenadas (FERRAREZI, 2003).

Internamente, o que se pode observar é que “as associações incutem em seus membros hábitos de cooperação, solidariedade, senso de responsabilidade comum em relação a empreendimentos coletivos” (FERNANDES, 2002, p. 385).

Mas, cabe aqui uma ressalva no sentido de que nem toda e qualquer associação que seja dotada internamente de capital social necessariamente venha a contribuir para o acréscimo de civismo do todo social, ou seja, para o desenvolvimento do capital social em uma sociedade (FERNANDES, 2002).

Desta forma, mesmo que haja um aumento no número de iniciativas, detectadas em diversos setores da sociedade, refletindo-se, também, na ampliação do número de pesquisas realizadas, isso, ainda, não significa que se tenha chegado a algum consenso nesta temática, principalmente, por não haver uma clareza na própria utilização dos conceitos de Terceiro Setor e Capital Social.

Ao mesmo tempo em que alguns autores tentam definir esses conceitos, outros lançam questionamentos, muitas vezes, com grande vigor, sobre as origens, os interesses e as intenções das pessoas em querer disseminar uma nova temática, apresentando-a como uma maneira de enfrentar os problemas sociais e econômicos. Desta forma, há poucos consensos e muitas discordâncias sobre as temáticas do Terceiro Setor e Capital Social, sendo este um dos motivos para se efetuar mais e melhores pesquisas, associando-os aos estudos prévios sobre o assunto.

Neste contexto, busca-se com este trabalho colaborar na evolução das produções de cunho acadêmico relacionadas ao Terceiro Setor e ao Capital Social, frente ao interesse tanto profissional quanto acadêmico em torno deste tema, uma vez que os desafios enfrentados pelo Terceiro Setor encontram no capital social uma forma de resolução, haja vista que este tipo de capital permite a integração dos componentes ao processo no qual as organizações estão inseridas, e levando-se em consideração, também, que a execução de suas atividades depende de doações e da ampliação das suas fontes de recursos tanto materiais quanto de capital social.

## 1.5 Estrutura da dissertação

Para atender os objetivos da pesquisa, este trabalho está organizado em cinco capítulos. O primeiro capítulo introduz e contextualiza o tema, apresenta os objetivos e a justificativa para realização da pesquisa.

O segundo capítulo apresenta as bases teóricas sobre os temas Capital Social e Terceiro Setor. A construção deste capítulo foi baseada em leituras de periódicos nacionais e internacionais, anais de eventos, livros e informativos via internet. Além da definição destes conceitos, são discutidos os diversos indicadores apresentados na literatura para mensuração do capital social. A discussão teórica realizada neste capítulo justifica a definição dos indicadores utilizados na construção do instrumento de pesquisa.

No capítulo três é apresentada a escolha metodológica que norteou a pesquisa caracterizada como estudo de caso. Neste capítulo, também, está detalhado o instrumento de coleta dos dados.

Os resultados das análises deste estudo são apresentados e discutidos no quarto capítulo, iniciando pela descrição da ONG pesquisada, a visão do público interno, seguido da análise do público externo e, posteriormente, cruzando os dados obtidos dos dois públicos da organização.

O capítulo cinco conclui o estudo, destacando os principais resultados obtidos e as considerações finais sobre o problema discutido. Além disso, o capítulo contém discussões sobre as limitações da pesquisa e sugestões de futuros trabalhos.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo, o objetivo principal foi pesquisar o referencial teórico sobre os temas Capital Social e Terceiro Setor, a fim de proporcionar um maior esclarecimento sobre esses assuntos. Esta seção do trabalho está estruturada da seguinte maneira: inicialmente é apresentada a revisão sobre o tema Capital Social e finaliza-se com o análise do tema Terceiro Setor, em que são descritas as origens, as organizações que fazem parte deste setor e os desafios por elas enfrentados.

### 2.1 Formas de Capital: uma discussão preliminar

Economistas do século XIX, incluindo Karl Marx, falavam apenas de dois tipos de capital: físico e financeiro. Mas, sendo a palavra capital definida como suprimento de valores que facilitam ações, possivelmente, outras formas de capital podem ser inseridas neste contexto. Desta maneira, para estudar capital social torna-se necessário que este seja situado em um contexto que inclua outros tipos de capital (HUTCHINSON; VIDAL, 2004).

Esses outros tipos de capital podem ser classificados como: humano (HUTCHINSON; VIDAL, 2004; ARIZPE, 1998), financeiro (HUTCHINSON; VIDAL, 2004), físico (HUTCHINSON; VIDAL, 2004; ARIZPE, 1998), social (HUTCHINSON; VIDAL, 2004; ARIZPE, 1998), cultural (HUTCHINSON; VIDAL, 2004) e intelectual (BUENO *et al*, 2004). E, de acordo com Hutchinson e Vidal (2004), foi Bourdieu que em 1986 adicionou as três novas formas de capital já citadas: humano, cultural e social.

Os economistas do Banco Mundial determinam que o capital natural também é parte integrante desse contexto. Através de estudos, passaram a distinguir quatro formas básicas de capital na avaliação de projetos de desenvolvimento: natural, físico, humano e social. O *capital natural* é constituído pelos recursos naturais aproveitáveis em cada espaço geográfico-ecológico; o *capital físico* é construído pela sociedade, tal como a infra-estrutura, as máquinas e equipamentos, o sistema financeiro; o *capital humano* é resultado do nível de educação, saúde e acesso à informação da população, e o *capital social* – conceito inovador nas análises e

propostas de desenvolvimento, expressa a capacidade de uma sociedade estabelecer laços de confiança interpessoal e redes de cooperação com a intenção de produzir bens coletivos. Ao tentar desvendar as causas da dinâmica de expansão do sistema de produção capitalista, nas últimas décadas, privilegia-se a contribuição do capital social e humano para o desenvolvimento tecnológico, o aumento da produtividade e o próprio crescimento da economia (ARIZPE, 1998; D'ARAÚJO, 2003). Bueno *et al* (2004) conceituam o capital intelectual como uma expressão que se agrega nos bens intangíveis que a organização possui. Esses bens advêm de processos de conhecimento e de atividades intangíveis que venham a adicionar valor ao financeiro e ao capital tangível da organização. O quadro 1 apresenta as formas de capital com suas definições resumidas.

<b>Formas de Capital</b>	<b>Definições</b>
Financeiro	Dinheiro disponível para investimento.
Físico	Patrimônio real, equipamentos, e/ou infra-estrutura.
Humano	Treinamento que incrementa a produtividade no trabalho.
Cultural	Alto conhecimento cultural que pode ser transformado em vantagem sócio-econômica própria.
Social	Relacionamentos de confiança embutidos em redes sociais.
Natural	Recursos naturais aproveitáveis em cada espaço geográfico-ecológico.
Intelectual	Bens intangíveis que a organização possui, que vêm de processos de conhecimento e de atividades intangíveis e adicionam valor financeiro ao capital tangível da organização.

Quadro 1: Formas de capital e definições

Fonte: Adaptado de Hutchinson e Vidal (2004); Bueno *et al* (2004)

Todas as formas de capital podem ser entendidas de maneira independente, mas, de acordo com Hutchinson e Vidal (2004), são melhor entendidas quando analisadas através de suas reciprocidades e interdependências. Os autores salientam, também, que para o melhor entendimento do conceito capital social é necessário compreender os conceitos de capital humano e cultural. Rattner (2003) relata, ainda, que enquanto o capital humano é fruto das ações dos indivíduos em busca de aprendizado e aperfeiçoamento, o capital social é fundamentado nas relações entre os atores sociais que estabelecem entre si expectativas e obrigações mútuas, para, desta maneira, estimular a confiabilidade nas relações sociais e agilizar o fluxo de informações, tanto internas quanto externas. Contrariamente à formação de capital humano que estimula o individualismo, a construção de capital social atinge favoravelmente a coesão da família, da comunidade e da sociedade. A cultura, por sua vez, constitui o campo de ação onde a sociedade gera seus valores

e os passa de geração a geração. São esses valores positivos que têm o potencial de atrair voluntários e militantes em ONGs e movimentos sociais. E ressalta que as predominâncias de valores que são contrários à solidariedade e cooperação ajudam a expandir as redes de corrupção e delinqüência em quaisquer que sejam os níveis da sociedade.

Mesmo pensamento possui Fernandes (2001, *apud* PUTNAM, 1993), ressaltando que não é o fato de ser dotado internamente de capital social que fará com que se acumule civismo ou se desenvolva capital social em uma determinada sociedade. Como exemplo, cita a máfia, que é uma organização associativa que trabalha o conceito de proteção contra a violência em troca de poder violar a lei. Do ponto de vista do capital social, ela é dotada internamente dos elementos que o compõem, como as normas de reciprocidade, laços de confiança, fidelidade e redes entre as famílias. Mas, olhando do ponto de vista externo, a máfia é uma organização que aniquila as instituições públicas através de práticas não tão aceitas pela sociedade, como: corrupção, aliciamento, coação física através de violência contra servidores públicos e cidadãos ou mesmo de concorrentes de mercado, para assegurar seu poder.

Portanto, a criação de capital social, de acordo com Fukuyama (2003), não é tão diferente quanto à criação de capital humano para a organização, pois isso só se consegue através do investimento em educação e, por isso, faz-se necessária a capacitação e uma infra-estrutura organizacional que permita o desenvolvimento destes capitais. A diferença, segundo o autor, é que o capital humano é passado através da transmissão de certas atitudes e conhecimentos específicos e o capital social necessita inculcar normas e valores compartilhados e isto só se consegue mediante hábito, experiência compartilhada e através de um exemplo de liderança.

## **2.2 Capital Social: origem e definições**

O Capital Social consiste no potencial de relacionamento e na capacidade de interação dos indivíduos. Sabe-se que para a criação de projetos coletivos há a necessidade do engajamento de muitos na ação e, para tanto, é de suma importância a confiança, a interação e o bom relacionamento entre os indivíduos das comunidades.

O conceito de capital social não é novo (PORTES, 1998; D'ARAÚJO, 2003), pois, de acordo com Paldam e Svendsen (1999), as idéias que o perpassam vêm de um longo caminho dentro das ciências sociais. A importância dos valores e do contrato social já havia sido citada por Rousseau, em 1762. Max Weber, em 1904, enfatizou a importância do aspecto cultural para a acumulação do capital através do valor ao trabalho, à economia e à honestidade (PALDAM; SVENDSEN, 1999).

Para Putnam (1995), Jane Jacobs teria sido a primeira pessoa a utilizar o termo capital social com o teor que se conhece atualmente. Este pensamento é corroborado por Franco (2001, p. 85), quando esclarece que depois de Tocqueville, a autora teria sido a primeira a explorar, em 1961, a “intimidade sociológica do fenômeno que se quer captar com o conceito de Capital Social”. No seu livro *Morte e Vida das Grandes Cidades Americanas*, datado de 1961, a autora usa a expressão Capital Social para falar das redes de relações do bairro: “essas redes são o capital social urbano insubstituível” (JACOBS, 1961, p. 151). Mas, Franco (2001, p. 506) fala sobre um certo ‘disse-que-disse’ generalizado entre os estudiosos sobre as fontes que introduziram o conceito. Para justificar esta crítica, Franco (2001) descreve as várias citações feitas do ponto de vista dos teóricos mais famosos. Fukuyama, em 1995, também fez o registro como sendo Jacobs a precursora, mas, em 1999, o autor diz que a expressão capital social foi usada inicialmente por Lyda Judson Hanifan, no ano de 1916, para descrever os centros comunitários das escolas rurais. Franco (2001) continua sua argumentação, salientando que Putnam também se contradiz quando descreve uma citação de James Coleman, designando Glen Loury, em 1977, a introdutora do conceito.

Mas, numa análise mais aprofundada, Franco (2001, p. 90) deixa claro que Jane Jacobs não somente usou a expressão Capital Social. Para ele, a autora “desenvolveu este conceito, aportando contribuições novas e substantivas para desvendar o processo de sua formação em comunidade”.

Desta forma, percebe-se que não há, ainda, uma definição factual sobre a gênese do conceito de capital social e a maioria dos autores recorre a definições relacionadas com suas funções, ressaltando em determinados momentos os aspectos da estrutura social ou o uso desse recurso por indivíduos.

Capital Social é um conceito que demanda do campo sociológico (MELÉ, 2003). Recebe várias atribuições, como sendo focado para comunidades (PUTNAM, 1996), redes sociais (ADLER; KWON, 2002) e nações (FUKUYAMA, 2004).

Na definição de Milani (2003), capital social refere-se à associação, isto é, o capital pertence a uma coletividade ou a uma comunidade; ele é compartilhado e não pertence somente a indivíduos. Para o autor, capital social não se gasta com o uso; pelo contrário, é a sua utilização que o faz crescer. Nesse sentido, a noção de capital social indica que os recursos são compartilhados no nível de um grupo e sociedade, além dos níveis do indivíduo e da família. Significa que o capital social existe e cresce a partir de relações de confiança e cooperação e não de relações baseadas no antagonismo. Para o mesmo autor, capital social é capital porque, utilizando a linguagem dos economistas, ele se acumula, podendo produzir benefícios, tendo estoques e uma série de valores. O capital social refere-se a recursos que são acumulados e que podem ser utilizados e mantidos para uso futuro. Não se trata, porém, de um bem ou serviço de troca. Pode ser um dos elementos estratégicos fundamentais para avaliar a sustentabilidade de projetos e políticas.

Para Putnam (1993, p. 2),

[...] capital social refere-se a aspectos da organização social, tais como redes, normas e laços de confiança que facilitam a coordenação e cooperação para benefícios mútuos. Capital social aumenta os benefícios de investimento em capital físico e humano.

De acordo com Costa (2004), o capital social de uma comunidade pode ser entendido como a capacidade de interação dos indivíduos com os que estão ao seu redor, sendo que quanto mais o indivíduo interage com os outros, mais ele está apto a reconhecer comportamentos, intenções, valores, competências e conhecimentos que compõem seu meio. E o inverso também se aplica, pois quanto menos alguém interage, menos esse indivíduo tenderá a desenvolver plenamente essa habilidade que é a percepção do outro.

Para compreender as definições dadas a capital social por vários autores, o quadro 2 foi adaptado de Milani (2003), de maneira a ressaltar a ênfase na qual a definição do conceito foi concentrada, quais os benefícios e os indicadores do capital social na visão desses pesquisadores. É possível observar que há uma variação nas definições de capital social, pois Milani (2003) expõe que o capital social pode ser compreendido dentro de uma relação de causa e efeito. Tem impacto numa série de



comportamentos humanos e atividades sociais, uma vez que está fundamentado em relações sociais.

Ocampo (2003) expõe que a base para a construção do capital social é encontrada em todas as sociedades, com particularidades próprias de cada cultura, e as pessoas acabam por usá-la, buscando atingir suas metas quanto à satisfação de suas necessidades de ordem econômica, social e afetiva.